



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Ref.ª 28/UTAO/2010

Data: 30.9.2010

INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 7/2010

Contas Nacionais das Administrações Públicas – 2.º trimestre de 2010

De acordo com a estimativa preliminar do INE, as administrações públicas apresentaram:

- um défice de 16 195 milhões de euros no ano terminado no 2.º trimestre de 2010, o que representa 9,5% do PIB gerado no mesmo período de referência, que compreende os dois últimos trimestres de 2009 e os dois primeiros trimestres de 2010;
- um défice acumulado de 8064 milhões de euros nos dois primeiros trimestres de 2010, equivalente a 9,6% do PIB gerado no mesmo período de referência (valores não ajustados dos efeitos da sazonalidade).

1 O INE divulgou no passado dia 28 de Setembro de 2010, com o desfasamento previsto nas normas estatísticas europeias, de 90 dias face ao trimestre de referência, as “Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional” referentes ao 2.º trimestre de 2010. Esta informação estatística do INE tem a vantagem, face à execução orçamental publicada pelo MFAP/DGO e considerando o mesmo período de referência, de apresentar uma estimativa trimestral da execução orçamental consolidada do conjunto das Administrações Públicas, na óptica de contabilização relevante para o apuramento da satisfação dos compromissos comunitários em matéria de finanças públicas, ou seja, na óptica da contabilidade nacional para efeito do Procedimento de Défices Excessivos (PDE). Trata-se, no entanto, de valores provisórios até ao apuramento das contas nacionais definitivas, pelo que poderão estar sujeitos a revisões, devendo consequentemente ser interpretados com o devido cuidado.

Valores referentes ao ano terminado no trimestre de referência

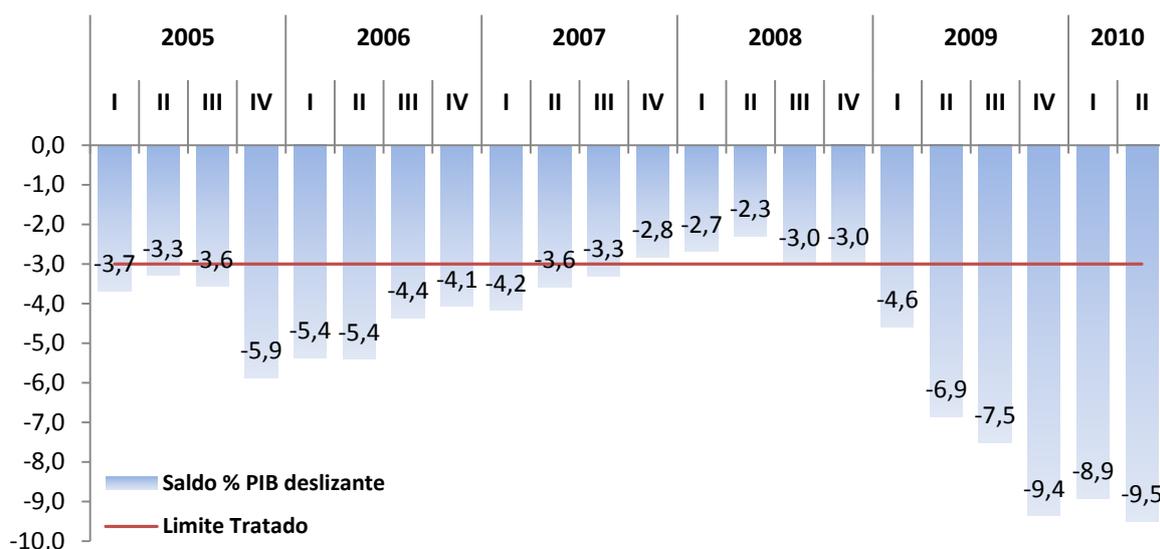
2 Tendo em conta que os valores constantes nas Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional não se encontram corrigidos de sazonalidade e que os mesmos são particularmente sensíveis a determinadas operações registadas em cada trimestre, num primeiro momento, procedeu-se à sua análise recorrendo a valores alisados, correspondentes ao ano terminado em cada trimestre, ou seja, valores deslizantes de 4 trimestres expressos em percentagem do PIB anual deslizante (*rolling year GDP*). Os valores assim calculados permitem identificar qual seria o saldo das Administrações Públicas, em contabilidade nacional, caso o ano terminasse no trimestre de referência. Desta forma, esta análise permite avaliar a tendência de evolução infra-anual do

défice público de forma directamente comparável com as contas nacionais anuais, eliminando os referidos problemas de sazonalidade (Gráfico 1).

3 No ano terminado no 2.º trimestre de 2010, a estimativa preliminar do INE aponta para um défice das Administrações Públicas equivalente a 9,5% do PIB. Tal representa uma deterioração de 0,1 p.p. do PIB face ao valor apurado para as necessidades de financiamento no conjunto de 2009 (9,4%)¹ e um agravamento de 0,6 p.p. do PIB face ao ano terminado no trimestre anterior, invertendo a melhoria que se tinha verificado no 1.º trimestre de 2010.

4 Como factores explicativos desta deterioração das necessidades de financiamento face ao ano terminado no trimestre anterior encontra-se, tal como referido pelo INE, um “valor anormalmente elevado de despesa com material militar” no 2.º trimestre de 2010, bem como um crescimento das despesas com prestações sociais. Contudo, mesmo descontando o efeito da aquisição de material militar verificar-se-ia em qualquer caso um acréscimo do peso no PIB da despesa total (e da despesa com consumo intermédio) no ano terminado no 2.º trimestre de 2010.

Gráfico 1 – Saldo orçamental das Administrações Públicas no ano terminado no trimestre de referência (valores deslizados expressos em percentagem do PIB do ano terminado no trimestre de referência)



Notas: Valores referentes ao ano terminado no trimestre de referência, semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos. Ver comentários da nota de rodapé 1.

Fonte: INE. Cálculos UTAO.

¹ Os dados de base das contas nacionais por sector institucional referem-se ao valor das necessidades de financiamento do sector institucional das administrações públicas em contas nacionais, que não coincide inteiramente com o saldo apurado para efeito do PDE em virtude dos fluxos de juros ao abrigo de *swaps* e de contratos de garantia de taxas (FRA's) serem objecto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do PDE. A título exemplificativo, o valor das necessidades de financiamento relevantes para efeito de PDE é de 9,3% do PIB em 2009, que compara com os 9,4% em termos de SEC95.

5 Face ao objectivo anunciado no ROPO (que era, recorde-se, de um défice equivalente a 7,3% do PIB) para o conjunto do ano de 2010 verifica-se um desvio de 2,2 p.p. do PIB no défice das AP, para o qual contribuem a receita total, que se encontra 1,6 p.p. do PIB abaixo do objectivo para o conjunto de 2010, bem como a despesa que se encontra 0,6 p.p. do PIB acima do objectivo. O desvio na despesa é sobretudo devido às prestações sociais, consumo intermédio e despesas com pessoal.

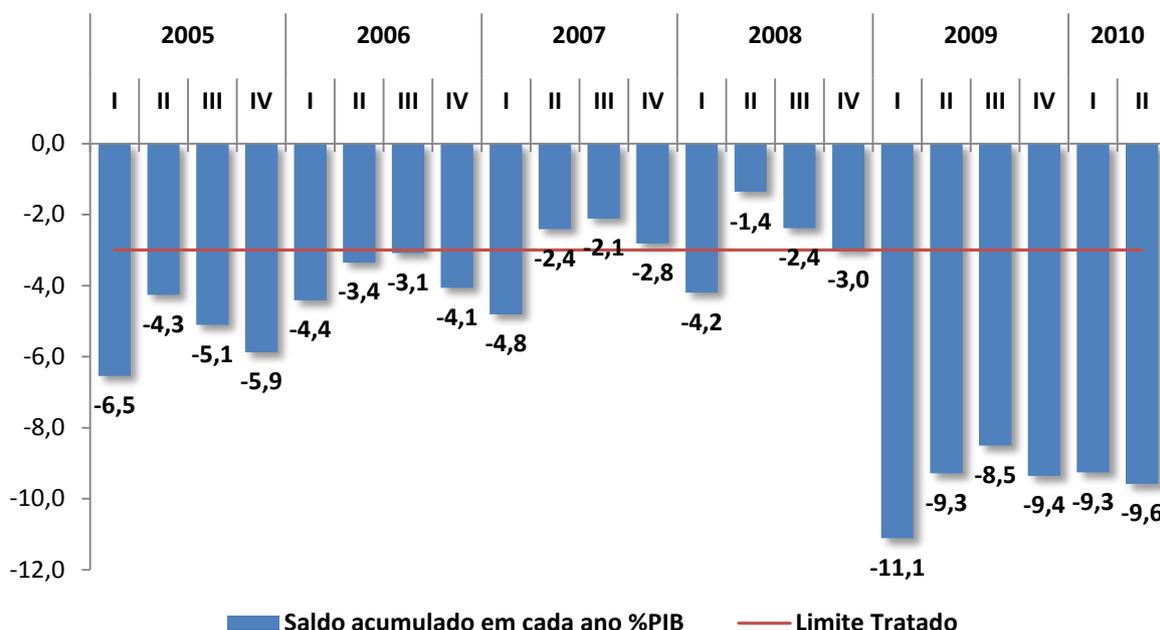
6 As conclusões a retirar a partir da análise destes valores, devem levar em conta que estes valores referentes ao ano terminado no 2.º trimestre de 2010, incluem ainda, em resultado da metodologia seguida, os efeitos dos últimos dois trimestres de 2009. Para obviar esse efeito analisa-se de seguida a evolução dos valores acumulados ao longo do ano de 2010, que têm por sua vez como principal inconveniente o facto de serem mais sensíveis aos efeitos de sazonalidade.

Valores acumulados até ao trimestre de referência

7 Seguindo uma metodologia semelhante à utilizada na análise da execução orçamental na óptica da contabilidade pública, calcularam-se as necessidades de financiamento das administrações públicas (saldo orçamental) em termos de valores acumulados até ao trimestre de referência em cada ano civil, sendo de ressaltar que estes valores se encontram sujeitos aos efeitos de sazonalidade, apresentando, em geral, e sobretudo nos anos mais recentes, no primeiro trimestre do ano, necessidades de financiamento (em percentagem do PIB) superiores às dos restantes trimestres.

8 **Em termos acumulados, as Administrações Públicas apresentaram no 2.º trimestre de 2010 necessidades de financiamento equivalentes a 9,6% do PIB gerado no primeiro semestre de 2010.** Face ao valor referente ao 4.º trimestre de 2009, representa uma deterioração de 0,2 p.p. do PIB. Comparativamente ao 1.º trimestre de 2010, verifica-se uma deterioração de 0,3 p.p. do PIB (Gráfico 2). No entanto, como já foi referido, estes valores encontram-se sujeitos aos efeitos da sazonalidade.

Gráfico 2 - Saldo acumulado até ao trimestre de referência (2005-2010 2º trimestre)
(em percentagem do PIB acumulado até ao trimestre de referência)



Notas: Os dados de base referem-se ao valor das necessidades de financiamento do sector institucional das administrações públicas em contas nacionais, que não coincide inteiramente com o saldo apurado para efeito do Procedimento de Défices Excessivos (PDE) em virtude dos fluxos de juros ao abrigo de *swaps* e de contratos de garantia de taxas (FRA's) serem objecto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do PDE.

Fonte: INE. Cálculos UTAO.

9 Assim, com o intuito de minimizar os efeitos da sazonalidade analisam-se as taxas de variação acumulada, verificando-se no 1.º semestre de 2010 um crescimento homólogo da despesa (4,4%) superior ao da receita (4%). O crescimento da despesa encontra-se sobretudo influenciado pelo crescimento das prestações sociais e do consumo intermédio, em parte resultante das despesas com material militar, bem como, mas em menor medida, pelo crescimento das despesas com pessoal. Em sentido oposto, redução da despesa de capital e a distribuição temporal dos encargos com os juros da dívida pública contribuem para a moderação do crescimento da despesa. Abstraindo desses efeitos, verifica-se um crescimento homólogo de 5,8% da despesa corrente primária.

10 Para o referido crescimento homólogo acumulado de 4% da receita no 2.º trimestre de 2010 contribuem sobretudo os impostos indirectos e as contribuições sociais.

11 Face ao trimestre anterior (1.º trimestre de 2010) verifica-se, em termos homólogos acumulados, uma redução do ritmo de crescimento homólogo da receita e uma aceleração do ritmo homólogo de crescimento da despesa. Refira-se que, mesmo excluindo os efeitos da aquisição de material militar, se registaria uma aceleração da taxa homóloga de crescimento das despesas com consumo intermédio e da despesa total das Administrações Públicas no 2.º trimestre.